

Agroecologia e classes sociais, uma abordagem baseada nas obras de György Lukács e Michel Cloucard

Benedito Silva Neto¹

Introdução

Atualmente o termo Agroecologia vem sendo utilizado para designar um amplo campo de práticas sociais que compreende atividades acadêmicas, processos produtivos e ações de reivindicação política (NORDER et. al., 2016; WEZEL et al., 2009). Apesar da sua heterogeneidade, observa-se certa identidade em tal “campo agroecológico” a partir do seu antagonismo ao padrão tecnológico atualmente hegemônico na agricultura, sustentado por empresas produtoras de insumos e equipamentos de origem industrial, grandes proprietários de terra, indústrias de transformação e grandes redes de comercialização de produtos agropecuários, ou seja, o chamado Agronegócio². Neste sentido, uma grande importância é atribuída no campo agroecológico ao campesinato, cuja agricultura diversificada e desenvolvida em escalas limitadas e, assim, menos agressiva ao ambiente e menos dependente de insumos externos, tem sido considerada como uma das bases da Agroecologia (PETERSEN, 2009). Além disto, destaca-se a importância no campo agroecológico de trabalhadores intelectuais como pesquisadores, professores e técnicos (PETERSEN et al., 2009).

Do ponto de vista das classes sociais que a protagonizam, portanto, a Agroecologia está longe de ser homogênea. O presente artigo, de caráter exploratório, tem como principal objetivo indicar elementos da obra de György Lukács e Michel Cloucard para a análise de possíveis contradições geradas por esta diversidade, especialmente às relativas aos interesses de classe do campesinato e dos trabalhadores intelectuais, estes últimos sendo considerados neste artigo como integrantes de uma “nova classe média”, (CLOUSCARD, 1996, p. 25-28). A importância do pensamento de György Lukács e de Michel Cloucard para a análise desta questão deve-se às contribuições das suas obras para o entendimento do posicionamento político-ideológico das classes sociais ao longo do desenvolvimento do capitalismo. No que diz respeito à Agroecologia, nossas hipóteses

¹ Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Cerro Largo, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, bsilva@uffs.edu.br, <https://orcid.org/0000-0001-8497-0124>.

² O termo Agronegócio é escrito com letra maiúscula para destacar o seu significado político e social em relação ao seu sentido comum de simples “negócios relacionados à agricultura”. O mesmo procedimento foi adotado para o termo Agroecologia.

têm como ponto de partida que o interesse da nova classe média em um novo padrão tecnológico na agricultura restringe-se essencialmente aos seus aspectos sanitários e ecológicos. Esta limitação torna esta classe incapaz de colaborar efetivamente à elaboração de uma proposta global de mudança da agricultura que possibilite que o campesinato venha a se tornar a sua principal base social. Ao contrário, a hegemonia dos interesses da nova classe média tem como resultado a tendência à redução da Agroecologia a uma forma radical de agricultura orgânica que, por meio de um estrito controle dos processos de trabalho e limitando-se a certos nichos de mercado, tende a se integrar à dinâmica do Agronegócio. No artigo procuramos evidenciar que o desinteresse dos trabalhadores intelectuais em contribuir efetivamente à elaboração de um projeto global de mudança da agricultura encontra-se na sua natureza de classe, a qual é analisada no artigo como um produto histórico do capitalismo.

Na primeira parte do artigo é realizada uma breve discussão do seu referencial teórico. Na segunda parte é feita uma síntese da formação histórica das classes sociais no capitalismo, situando nesse processo a nova classe média. Na terceira parte são discutidas as relações do campesinato com a Agroecologia, procurando-se identificar os seus interesses específicos neste campo. Na quarta parte são analisadas as divergências de interesse entre a nova classe média e os camponeses no campo agroecológico e suas consequências sobre as relações deste campo com o Agronegócio. Ao término são realizadas as considerações finais.

Ideologia, política e classes sociais segundo György Lukács e Michel Clouscard

György Lukács é um dos pensadores que mais influenciaram o materialismo histórico no século XX. Uma contribuição importante proporcionada pela obra de Lukács é a sua análise do processo por ele denominado de “decadência ideológica da burguesia”, ao longo do qual o ideário político-ideológico desta classe social sofre profundas transformações (LARA, 2013; LUKÁCS, 1961). Vários aspectos dessa análise serão discutidos na próxima seção, especialmente para o estudo da nova classe média.

Outro aspecto importante da obra de Lukács é a forma como ele explica a formação da subjetividade humana na sua análise da ontologia do ser social, realizada em um volumoso conjunto de obras (LUKÁCS, 2009, 2011, 2012, 2013). Para Lukács, o que distingue o ser social (isto é, os seres humanos) dos seres simplesmente biológicos é a forma como ocorre a sua relação com a natureza, realizada por meio do trabalho, o qual conjuga dois processos distintos. O primeiro é a definição de uma posição teleológica, ou

seja, a concepção do produto a ser obtido pelo trabalho. O segundo é a manipulação dos processos causais que permitem a concretização material do objeto anteriormente concebido. É, pois, a partir do processo material e histórico de trabalho que se realiza a distinção entre o sujeito e o objeto pelo ser humano. Esse processo de trabalho não é determinado mecanicamente pelas condições materiais existentes. Quanto maior o domínio dos processos causais pelos seres humanos, maior a diversidade de objetos que podem ser produzidos, assim como dos processos causais que podem ser mobilizados e, portanto, maior a possibilidade de escolha do ser social. As posições teleológicas passam, assim, a compreender certo grau de subjetividade. Para LUKÁCS (2011, p. 205), o desenvolvimento da subjetividade é potencializado pela linguagem e pelo avanço da divisão social do trabalho, pois possibilitam o estabelecimento de posições teleológicas que se exercem sobre outras posições teleológicas, o que acentua a influência da subjetividade no desenvolvimento histórico do ser social.

A cadeia de posições teleológicas está intimamente relacionada à estrutura de poder de uma sociedade (LUKÁCS, 2012, p. 328). No capitalismo, são os proprietários dos meios de produção, ou seja, os capitalistas, que tomam as decisões fundamentais que regem o processo de trabalho. No extremo da estrutura de poder estão os trabalhadores que objetivam posições teleológicas a cuja concepção, tipicamente, eles são aliados. Entre estes dois extremos, encontra-se a classe social denominada neste artigo de “nova classe média”, a qual está relacionada à definição de posições teleológicas intermediárias, que vão desde a pesquisa e a transmissão de conhecimentos necessários para o controle dos processos causais de produção até a sustentação ideológica da estrutura social. Esta classe, nem proprietária dos meios de produção nem produtora direta de riquezas materiais, distingue-se da classe média “tradicional”, formada pela pequena burguesia proprietária dos meios de produção e, em geral, produtora direta de riquezas materiais. Pela relação privilegiada da nova classe média com a definição de posições teleológicas, a subjetividade adquire uma importância central nas funções por ela desempenhada.

Resultante desse complexo processo de desenvolvimento da subjetividade, o ser social apresenta características que Lukács analisa por meio das categorias da singularidade, da particularidade e da universalidade. Para LUKÁCS (2013, p. 152), o indivíduo é sempre uma singularidade, no sentido de que sempre apresenta especificidades que lhe são próprias. Quando em uma formação social muitas singularidades convergem “estatisticamente”, isto resulta na formação de uma

particularidade (LUKÁCS, 2013, p. 78). É importante observar a característica “estatística” da particularidade, pois, como salienta LUKÁCS (2013, p. 78), a singularidade de um indivíduo jamais pode ser reduzida a uma particularidade. Enfim, a categoria da universalidade está relacionada ao fato de todos os indivíduos pertencerem a um “gênero humano”, de caráter universal. A manifestação primeira desta universalidade é representada pela própria espécie humana. Mas esta universalidade “em si”, biológica, ainda não é a realização do ser humano como ser social universal, “para si”. É a partir da convivência e da cooperação concreta, em um processo histórico, que o ser humano pode se manifestar como ser social universal (LUKÁCS, 2013, p. 278-279).

Michel Clouscard, em um conjunto de obras publicadas a partir do início dos anos 1970, analisa a formação e a consolidação da nova classe média, com uma grande ênfase nas repercussões ideológicas e políticas deste processo (CLOUSCARD, 1981, 1996, 2003, 2017). Em suas obras, o autor estabelece uma estreita relação entre os posicionamentos políticos da nova classe média e os padrões de consumo por ela adotados, o que pode ser observado no conjunto das sociedades capitalistas. Por esta razão, embora centrando suas análises na sociedade francesa, as obras do autor trazem elementos pertinentes para explicar o comportamento político-ideológico da nova classe média em diferentes realidades presentes no capitalismo contemporâneo.

Pode-se afirmar que Clouscard, em suas obras, retoma e atualiza as análises de Lukács da decadência ideológica da burguesia, enfatizando as suas repercussões políticas. Assim como Lukács, Clouscard também atribui uma importância central à práxis, ou seja, as ações conscientes e reflexivas dos indivíduos na sociedade, as quais são condicionadas, mas não mecanicamente determinadas, pela sua classe social. O que Clouscard explicita e enfatiza, indo além de Lukács neste ponto, são as motivações inconscientes por meio das quais a condição de classe exerce sua influência sobre os indivíduos. Para este autor, portanto, práxis e psique são indissociáveis (CLOUSCARD, 2003, p. 131). Mas a psique evocada por CLOUSCARD (2003, p. 96) não é a da Psicanálise. Para este autor a psique integra-se à práxis também por meio de um inconsciente coletivo determinado pelas condições sociais do indivíduo. A partir da integração entre práxis e psique, CLOUSCARD (1996) interpreta categorias da antropologia cultural como o totem, o tabu e o potlatch, baseando-se no materialismo histórico. Neste sentido, o emprego da categoria do potlatch desempenha um papel central na obra do autor. Este termo é utilizado na etnografia para designar a cerimônia praticada por certos povos da América do Norte na qual produtos possuídos por um dos

seus membros são oferecidos à coletividade ou destruídos (MEILLASSOUX, 1980, p. 429). Para Cloucard há uma forma específica deste fenômeno no capitalismo contemporâneo, o “potlatch da mais valia”. Assim, após a apropriação pelos capitalistas da mais valia diretamente a partir das relações de produção mantidas com os trabalhadores, esta mais valia é em parte distribuída para certas classes sociais, o que, inclusive, permite reforçar a hegemonia ideológica da burguesia. É devido a esta função ideológica que CLOUSCARD (1981; 2003) denomina este processo de distribuição de “potlatch da mais valia”, mostrando que a nova classe média é uma das suas principais beneficiárias. As diferentes formas deste “potlatch da mais valia”, e as funções que ele desempenha nas sociedades capitalistas contemporâneas são questões analisadas em profundidade por CLOUSCARD (1981; 2003).

Enfim, de acordo com CLOUSCARD (1996, 2003), a ambiguidade das relações de produção da nova classe média, que nem é proprietária dos meios de produção, nem produtora direta de riquezas materiais, se transmite à sua expressão política. Ao longo da história do capitalismo algumas frações da nova classe média alinham-se aos interesses capitalistas enquanto outras aos interesses de classe do proletariado. Segundo o autor, tais alianças são, no entanto, mutantes e problemáticas, especialmente no que diz respeito às alianças entre frações da nova classe média e o proletariado, as quais podem ser analisadas pela história da social democracia até o momento em que, a partir do final dos anos 1960, a nova classe média consome a sua subordinação aos interesses de classe dos capitalistas, assumindo um caráter “social libertário”. É essa história que procuramos analisar sinteticamente na próxima seção.

As classes sociais no capitalismo e a nova classe média

A Revolução Francesa de 1789 é normalmente considerada como um dos eventos mais representativos da ascensão da burguesia ao poder político. Depois de um período de mudanças que remonta à Renascença europeia no século XIV, consolidam-se a propriedade privada e a formação de uma força de trabalho passível de ser empregada pelo “contrato livre”, celebrado entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores destituídos dos mesmos. Uma nova ética surge nesse processo, baseada na noção de que o trabalho é a fonte da riqueza, legitimando o acesso à mesma. Além disto, de acordo com a ideologia burguesa, a propriedade se constitui no fruto do trabalho acumulado pelo próprio proprietário, e já não pode, como anteriormente no feudalismo, ser justificada pelo direito divino. Assim, nas novas sociedades que emergem com as

revoluções burguesas, eticamente o acesso à riqueza se justificaria apenas pela propriedade e pelo trabalho (CLOUSCARD, 2003, p. 49).

O caráter progressista das revoluções burguesas foi inegável. A partir delas surge a Modernidade, tendo como base a separação entre Estado e sociedade civil, com a instituição de um Estado de Direito diante do qual todos os cidadãos seriam iguais. Formam-se assim os valores fundamentais das sociedades modernas, como os de “liberdade, igualdade e fraternidade”, declarados com ardor na Revolução Francesa. É interessante observar que os principais artífices desse ideário foram principalmente representantes da nova classe média (como filósofos, advogados, escritores e cientistas).

Com o passar do tempo, porém, as contradições das sociedades capitalistas com os seus próprios valores tornaram-se cada vez mais flagrantes. A pauperização dos trabalhadores era crescente. Camponeses e artesãos são destituídos dos seus meios de produção originando uma classe operária sujeita a uma extrema pobreza. No ano de 1848, diante de revoltas populares que eclodem em vários países da Europa ocorre uma inflexão no ideário burguês (NETTO, 1978, p. 18). Já consolidada no poder e diante da assustadora irrupção do proletariado na cena política europeia, a burguesia passa à defensiva, deixando de assumir de forma coerente os valores considerados por ela mesma como fundamentais da sociedade. Começa, assim, o processo que LUKÁCS (1961, p. 31) denomina “decadência ideológica da sociedade burguesa”. Progressivamente, as correntes de pensamento hegemônicas nas sociedades capitalistas passam a sofrer uma crescente influência do individualismo metodológico, segundo o qual o funcionamento das sociedades é explicado a partir do comportamento dos indivíduos. Os valores fundamentais da Modernidade, como a liberdade, igualdade e a fraternidade, passam assim a serem promovidos com base em uma concepção do indivíduo a-histórica e independente do seu contexto social. É interessante observar que foram principalmente integrantes da nova classe média, como Karl Marx, que, em reação a esta tendência, forneceram as bases para novos ideários, como o da instituição de uma sociedade socialista por meio de uma revolução proletária. Neste sentido também é importante salientar que, a partir do pensamento de Marx, mais tarde vários integrantes da nova classe média, como Lênin e Trotsky e muitos outros, desempenharam um papel decisivo em grandes transformações sociais, como a Revolução Russa de 1917, com o objetivo de implantar uma sociedade socialista.

A partir de 1870-1880 o capitalismo entra em sua fase imperialista. A ideologia nacionalista que acompanha a consolidação dos últimos Estados das potências

capitalistas europeias provoca divisões no movimento proletário, no qual as posições internacionalistas eram até então largamente hegemônicas (LUXEMBURG, 1976). As relações da nova classe média com os projetos sociais que polarizam as sociedades capitalistas tornam-se mais complexas. A possibilidade de melhorias imediatas da condição dos trabalhadores por meio da sua adesão a um projeto nacional é alegada para justificar uma superação gradual e pacífica do capitalismo. Começa, assim, a ser concebida uma “terceira via”, por meio da qual a decadência ideológica da burguesia se aprofunda e influencia o próprio movimento operário (LUKÁCS, 1961, p. 45). Ao final da Primeira Guerra Mundial, após décadas de ásperas disputas, este processo atinge um ponto crítico, provocando uma cisão definitiva no movimento socialista (LUXEMBURG, 1976), com a expressão “social democracia” passando a designar as correntes reformistas do marxismo.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, instala-se nos países capitalistas avançados um processo de acumulação intensiva, em que as inovações tecnológicas na indústria básica, ao diminuir o custo de meios de produção como máquinas e outros equipamentos, permitem uma redistribuição sistemática dos ganhos de produtividade por meio de aumentos reais de salários, sem com isto provocar a diminuição das taxas de lucro (HUSSON, 1981; LIPIETZ, 1985). Associado aos efeitos da reconstrução dos países atingidos pela guerra e a um grande desenvolvimento dos serviços públicos, tal “capitalismo fordista”³ (HUSSON, 1981; LIPIETZ, 1985) assegurou a conjugação de uma constante expansão do mercado consumidor, uma grande estabilidade da economia e um vigoroso crescimento econômico nos principais países capitalistas ao longo de quase trinta anos.

Um extraordinário aumento da nova classe média ocorre nesse período. A formação e expansão de serviços de educação e de pesquisa, assim como da burocracia do Estado e de profissionais que desempenham funções intermediárias nas empresas privadas, tornam a nova classe média um elemento cada vez mais importante para a reprodução da sociedade. Ao mesmo tempo, a classe média tradicional, representada por camponeses, artesão e outros trabalhadores que mantêm a propriedade dos seus meios de produção, sofre um forte declínio. Porém, se por um lado houve uma queda significativa do número de agricultores em todos os países capitalistas avançados, por outro lado, a agricultura desses países se manteve em sua maior parte de base familiar, sobretudo naqueles que atingiram maior acumulação de riquezas e bem estar social

³ Ou “Capitalismo monopolista de Estado”, expressão empregada por Michel Clouscard em suas obras.

(ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 1991). É interessante salientar o contraste da situação destes países com a do Brasil. O caráter progressista das revoluções burguesas ocorridas nos países capitalistas mais ricos assegurou um amplo acesso dos agricultores familiares a terra. Já no Brasil, o seu desenvolvimento fortemente marcado pelo sistema escravista de “plantation”, a partir do qual se consolida uma estrutura agrária altamente concentrada, limitou drasticamente o acesso dos camponeses à posse da terra (WANDERLEY, 2014).

O fordismo e a maneira como se configuraram as sociedades não capitalistas nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial tiveram importantes repercussões sobre as correntes de pensamento das sociedades capitalistas. Dentre estas, destacam-se as denominadas por CLOUSCARD (1981, p. 81) de “freudo-marxistas”, as quais, segundo o autor, expressam com clareza a ideologia de certas frações da nova classe média. De acordo com CLOUSCARD (2007), as obras de MARCUSE (1966, 2002) estão entre as mais representativas do freudo-marxismo. Para MARCUSE (2002), as sociedades industriais avançadas caracterizam-se como “sociedades de consumo”, às quais a própria classe operária se integrou perdendo, assim, o seu interesse em uma revolução social. Tais sociedades, porém, não deixam de ter como princípio a exploração humana e da natureza, o que só pode ser mantido por meio de um sistema social alienante e totalitário, existente tanto nos países capitalistas avançados como nos países então ditos socialistas. A diferença entre estes dois blocos representantes das sociedades industriais avançadas estaria no fato de que, enquanto nos países denominados socialistas o totalitarismo se manifestava politicamente de forma clara e aberta, nos países capitalistas o totalitarismo é exercido por meio de uma racionalidade econômico-tecnocrática que impossibilita qualquer oposição à estrutura social por meio das suas instituições políticas pretensamente democráticas (MARCUSE, 2002). No entanto, é no caráter repressor, alienante e totalitário das sociedades industriais avançadas que os freudo-marxistas vislumbravam a possibilidade da revolução social. Para MARCUSE (1966), com a classe operária integrada à sociedade, a única força revolucionária que poderia se insurgir contra a opressão totalitária das sociedades industriais avançadas encontrava-se na própria pulsão pela vida, cujas origens últimas encontram-se no desejo sexual. É por isto que os jovens que, segundo o freudo-marxismo, sentem de forma mais intensa a repressão aos seus desejos, seriam a vanguarda desse movimento revolucionário (MARCUSE, 1966). O movimento beatnik surgido nos anos 1950 nos Estados Unidos, a contra-cultura a partir dos anos 1960 e, principalmente, as grandes

manifestações estudantis ocorridas em vários países no final dos anos 1960, aparentemente confirmavam as teses freudo-marxistas.

No entanto, CLOUSCARD (2017, p.128) afirma que não houve revolução alguma. Para este autor, nos movimentos da juventude ocorridos após a segunda guerra, inclusive no movimento estudantil de maio de 1968 na França, não havia reais intenções de revolucionar o capitalismo. Na verdade, o que ocorreu neste período foram expressões políticas da nova classe média. De acordo com CLOUSCARD (2017, p. 129), se, por um lado, as manifestações estudantis do final dos anos 1960 simbolizaram a afirmação de uma identidade política específica da nova classe média, por outro lado, tal identidade implicou na sua plena subordinação aos interesses dos capitalistas.

Segundo CLOUSCARD (2017), para compreender este fenômeno é preciso analisar as relações entre consumo e produção no capitalismo fordista. Assim, se a produção em massa de produtos duráveis era uma das principais características do capitalismo fordista, nem por isto ela deu origem a uma “sociedade de consumo”, conforme afirma o freudo-marxismo (CLOUSCARD, 2017, p. 50). Ao contrário, os bens duráveis aos quais os trabalhadores produtores diretos de riquezas materiais tiveram acesso lhes permitiam apenas manter condições de reprodução social compatíveis com o acelerado crescimento da acumulação de capital. A diversificação do consumo observada ao longo do desenvolvimento do capitalismo fordista foi largamente reservada à nova classe média e à burguesia, pois apenas estas apresentavam uma demanda solvável capaz de assegurar a realização do valor adicional gerado (CLOUSCARD, 2017, p. 71).

Porém, ainda restava uma dificuldade. Como estimular um aumento significativo do consumo de classes que já usufruíam de um consumo relativamente elevado? Como analisa CLOUSCARD (1981), a resposta a esta questão pode ser encontrada observando-se as relações entre produção e consumo, tal como elas são estudadas pela antropologia cultural. Neste sentido, para que a nova classe média pudesse aumentar e diversificar o seu consumo foi necessário superar a “velha” cultura capitalista que subordinava o consumo à propriedade e ao trabalho, substituindo-a por uma nova cultura, aliás, não menos capitalista, na qual o princípio de realidade, que corresponde ao fato de que só é possível consumir o que foi produzido pelo trabalho, teve que ser substituído pelo princípio do desejo, o qual “libera” o consumo, desvinculando-o subjetivamente do trabalho (CLOUSCARD, 1981, p. 18).

A constituição dessa nova cultura exigiu um intenso condicionamento dos indivíduos. É interessante salientar a forma como CLOUSCARD (1981) analisa esta

questão, a qual mostra a importância da sua abordagem antropológica. De acordo com o autor a criança é o consumidor não produtor por excelência, sendo o seu comportamento regido pelo princípio do prazer e do desejo. É por isto que, tradicionalmente, apenas os adultos, se considerados produtivos, são aceitos plenamente como membros da sociedade. Dai a existência de ritos de passagem por meio do qual os adolescentes ou jovens adultos devem demonstrar, mesmo que de forma simbólica, a sua capacidade de se tornarem produtivos, subordinando o princípio do desejo ao da realidade (CLOUSCARD, 1981, p. 20). As recompensas pelo sucesso são importantes. Muitas vezes é a passagem à vida adulta que assegura ao jovem o casamento (e o prazer sexual) e, assim, ao poder e ao respeito que apenas os responsáveis por uma família podem possuir. Só então se consuma plenamente a socialização do indivíduo. No capitalismo fordista, as características dos jovens como consumidores não produtores fez deles a principal base social para a elaboração de uma “ideologia do desejo” (CLOUSCARD, 2017). Gerada no capitalismo fordista, tal ideologia progressivamente torna-se hegemônica no conjunto das sociedades capitalistas. Ser jovem passa a ser o ideal de toda uma civilização (CLOUSCARD, 1981). E ser jovem, no capitalismo contemporâneo, é (até certo ponto) ser transgressivo, irresponsável, ostentatório e permissivo para consumir “livremente”, de acordo com os desejos e não segundo as necessidades. A transgressão é a moda, e vice-versa. E como a moda serve, sobretudo, para tornar objetos úteis “obsoletos”, aumento do consumo e contestação à “sociedade de consumo” passam a possuir uma base comum, apoiando-se na mesma ideologia. Por exemplo, o rapaz com seu carro novo que não perde uma boa noitada e o hippie que exerce atividades marginais para não se inserir na “sociedade de consumo” são apenas sinais trocados oriundos da mesma ideologia do desejo, a qual se sustenta por um acesso privilegiado ao produto do trabalho social, denominado por CLOUSCARD (1996, p. 24; 2017) de “potlatch da mais valia”.

Mas restava ainda uma dificuldade. A ideologia do desejo era contraditória com o caráter repressor das instituições capitalistas, como a escola (incluindo a universidade), o partido, o sindicato e a própria família. É esta contradição que provoca a revolta estudantil de maio de 1968 na França, considerada por CLOUSCARD (2017) como uma simbólica “emancipação política” da nova classe média. No entanto, salienta o autor, a revolta estudantil não foi o único acontecimento importante em 1968. Neste ano a França conheceu a maior greve operária de sua história. As motivações dos operários, porém, eram distintas das do movimento estudantil. A greve dos operários foi motivada

principalmente pela imposição de condições de trabalho cada vez mais duras por meio da disseminação de métodos tayloristas (nos quais o operário é apenas um elo na cadeia de produção, efetuando operações de forma mecânica e acelerada) que tornavam os operários apenas um apêndice das máquinas. Neste contexto, a tese de CLOUSCARD (2017) é que a revolta estudantil, ao contrário de se constituir em um movimento aliado ao dos operários (como ela é normalmente considerada), foi uma verdadeira contra revolução. Por outro lado, é importante salientar que a derrota do movimento operário ocorrida na época deveu-se à reação das forças conservadoras, e não ao movimento estudantil. Ao contrário, tanto o movimento estudantil como o operário, contestavam a dominação capitalista, embora com objetivos diferentes. De qualquer forma, enquanto o movimento operário foi praticamente esquecido nos anos que se seguiram, a nova classe média assume uma identidade política própria, a qual CLOUSCARD (1981) denomina “social democracia libertária”. É a partir de então que a nova classe média explicita sua revolta contra as instituições repressoras, fazendo-o, porém, em detrimento da revolução das estruturas sociais, e assumindo a defesa das particularidades de determinados grupos sociais em detrimento de um projeto emancipatório universal (CLOUSCARD, 2017).

Este processo, no entanto, só se torna mais claro posteriormente, com o freudo-marxismo tornando-se cada vez mais “freudo” e cada vez menos “marxista”, até o ponto em que o marxismo é completamente descartado em favor de abordagens ditas “pós-modernas”, com forte influência da Psicanálise (CLOUSCARD, 1981, p. 176). Consuma-se, assim, de acordo com CLOUSCARD (1996, p. 70) o abandono definitivo pelas correntes de pensamento dominantes na nova classe média de qualquer referência que lhes permita analisar os conflitos de classe, o que, incapacitando-a a enfrentar a hegemonia neoliberal, a leva, objetivamente (e algumas vezes deliberadamente), a aderir ao neoliberalismo.

Campesinato e Agroecologia

Desde na “forma comunidade”, como LINARES (2009a, 2009b) teoriza certas formas de organização camponesas existentes no altiplano andino desde a época da sua colonização pelos europeus, até para os sindicatos que compõe a Confederação Camponesa da França (Confédération Paysanne, 2017), a manutenção de certa autonomia na tomada de decisões se destaca como uma característica essencial dos camponeses. As relações de produção baseadas no parentesco, decorrentes do uso

exclusivo da mão de obra disponível na família, assim, não bastam para caracterizar uma unidade de produção agropecuária familiar como camponesa. Para tanto são necessárias, também, certas condições para que o agricultor possa alocar os recursos disponíveis escolhendo as técnicas que lhe pareçam mais adequadas a partir da sua própria avaliação das condições da unidade de produção.

É justamente esta autonomia que leva os camponeses a adotar sistemas de produção mais compatíveis com a dinâmica dos sistemas naturais, na medida em que faz com que os camponeses tendam a diversificar sua produção de acordo com a própria diversidade dos recursos disponíveis (SILVA NETO, 2017). Esta lógica da produção camponesa está em direta contradição com a dinâmica da agricultura determinada pelo Agronegócio, a qual promove a concentração da produção em poucas unidades produtivas especializadas por meio de uma extrema artificialização dos agroecossistemas. No entanto, tal concentração apresenta poucas vantagens econômicas para a sociedade, ao mesmo tempo em que provoca graves prejuízos ao ambiente e à saúde humana (SILVA NETO, 2017, p. 122-145).

Os interesses de classe no campo agroecológico

No Brasil, o termo Agroecologia começou a se tornar conhecido ao longo da década de 1980 como uma abordagem que procura proporcionar bases científicas a agricultura alternativa proporcionando, assim, certa unidade conceitual às suas várias correntes (ALTIERI, 1983). Porém, somente no ano 2.000, em seu IV Congresso Nacional que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) assume a Agroecologia como uma bandeira de luta. Após um período de intenso debate sobre a sua política de estímulo à coletivização da produção nos assentamentos de reforma agrária, com plena adesão ao padrão tecnológico dominante, é que o MST decidiu assumir de forma explícita uma identidade camponesa, assim como a Agroecologia para o desenvolvimento de um novo padrão tecnológico nos assentamentos (LUZZI, 2007, p. 125). Foi também nesta época que o MST passou a participar da Via Campesina, consolidando a sua identidade como um movimento camponês (LUZZI, 2007, p. 124). É interessante ressaltar que a adesão à Agroecologia e a identidade camponesa se integraram a luta do MST por uma ampla reforma agrária, a qual tem como condição uma mudança estrutural da ordem social existente, considerada possível apenas pela implantação de uma sociedade socialista. Por isto, a luta pelo socialismo foi assumida pelo MST desde os seus primeiros anos (FERNANDES, 2008). Tal posicionamento do MST, aliás, é corroborado pelo fato de,

apesar da importância central da agricultura familiar no desenvolvimento dos países da Europa, isto não impediu que a questão agrária europeia assumisse uma dinâmica de progressiva concentração fundiária, nos últimos anos fortemente intensificada pelo fenômeno do “land grabbing”, ou seja, a compra de grandes superfícies de terra, especialmente por fundos de pensão estrangeiros, fenômeno que atinge também os países da África e América Latina (PLOEG et al., 2015). Para o MST, portanto, a Agroecologia é um componente da luta de classe dos camponeses pela transformação da sociedade em direção ao socialismo, o que a opõe irreduzivelmente ao Agronegócio.

No que diz respeito à nova classe média, em primeiro lugar é importante salientar que, objetivamente, existem vários pontos de convergência dos seus interesses com os do campesinato, especialmente no que diz respeito à questão agrária. Por exemplo, a íntima relação que tem se estabelecido entre as questões agrária e ambiental atribui a frações da nova classe média (representada por pesquisadores e técnicos) a responsabilidade de criar e transmitir conhecimentos para promover alternativas que possibilitem soluções sustentáveis. Tais soluções podem servir para uma ampla sensibilização social em favor de uma reforma agrária que, ao mesmo tempo, promova o acesso dos camponeses à terra e a superação do padrão tecnológico atualmente hegemônico na agricultura (SILVA NETO, 2017, p. 204-205). Por outro lado, frações importantes da nova classe média (especialmente as ligadas a universidades) ao longo das últimas décadas têm contribuído para a criação de um ambiente político de obscurecimento das pautas reivindicatórias do campesinato, como analisado por PORTO (2015). Conforme destaca o autor, ao mesmo tempo em que se observa uma produção acadêmica que impulsionou a instituição de políticas públicas que, pela primeira vez no Brasil, favorecem a reprodução de certas camadas do campesinato, tais políticas se inserem em um contexto de hegemonia neoliberal que lhes atribui um caráter compensatório, relegando a reforma agrária a um segundo plano e sem jamais ameaçar o poder econômico e político do Agronegócio. E, como evidencia FAVARETO (2006), este movimento de obscurecimento da questão agrária exerce, inclusive, uma forte influência sobre os sindicatos de trabalhadores rurais.

É neste contexto ideológico que se observa na Agroecologia uma forte tendência da nova classe média a considerá-la, sobretudo, como uma forma de acesso a alimentos saudáveis e de preservação ou recuperação ambiental. Nesta perspectiva, os camponeses são considerados mais como grupos sociais cujas particularidades relativas ao seu “modo de vida” e “saberes” tradicionais devam ser preservadas do que como uma

classe social em conflito com o Agronegócio. Esta posição é evidenciada pelo escasso interesse dos representantes da nova classe média em analisar de forma precisa e objetiva as condições materiais de reprodução social do campesinato diante da dominação do Agronegócio nas diversas situações concretas de desenvolvimento da agricultura. Como destaca SILVA NETO (2014) isto implicaria em considerar a transição agroecológica como um verdadeiro processo social, de forma a superar o individualismo metodológico hegemônico na sociedade capitalista. Ao contrário, a transição agroecológica é geralmente considerada apenas no âmbito da unidade de produção (ALTIERI; NICHOLS, 2007; GLIESSMAN; ROSEMAYER, 2010), o que impossibilita a análise dos conflitos de classe que este processo implica.

O resultado disso é uma forte tendência da Agroecologia de se reduzir a uma forma de agricultura orgânica, restrita a certos nichos de mercado, com processos produtivos estritamente controlados por meio de um intrincado processo de certificação. E mesmo que o sistema de certificação participativa, por vezes empregado no campo da Agroecologia (no qual os próprios grupos de agricultores envolvidos realizam a fiscalização dos processos produtivos), represente um inegável avanço em relação aos sistemas de certificação controlados por empresas privadas, o real controle do processo produtivo é detido pelos técnicos que necessariamente devem acompanhar os grupos de agricultores. Em todo caso, a perda do controle do processo produtivo pelos agricultores que ocorre na produção orgânica é contraditória com a lógica da agricultura camponesa. Assim, apesar das reiteradas afirmações da indissociabilidade entre Agroecologia e campesinato, a limitação do consumo dos produtos orgânicos a nichos de mercado e a adoção das formas de controle necessárias à sua certificação traz limitações importantes à autonomia dos agricultores, tornando-os simples agricultores familiares. Ao se transformar em uma forma de agricultura orgânica, a Agroecologia tende, assim, apenas a ocupar um nicho no interior do próprio Agronegócio.

Vale ressaltar, porém, que de um ponto de vista estritamente técnico é inegável a importância da agricultura orgânica como forma de gerar conhecimentos técnicos para o desenvolvimento da Agroecologia. Reiteramos, no entanto, que, para uma verdadeira mudança no padrão tecnológico atualmente hegemônico, é imprescindível que a transição agroecológica seja concebida como um processo social, e não apenas individual. Neste sentido, a generalização da Agroecologia dificilmente ocorrerá sem a existência de um projeto social que permita estabelecer estratégias claras e coerentes para a promoção de uma transição do conjunto da agricultura. A construção de tal projeto passa pelo

reconhecimento pelo campo agroecológico como um todo da centralidade da luta de classe dos camponeses em face ao Agronegócio.

Considerações finais

Baseada essencialmente no pensamento de György Lukács e Michel Clouscard, a discussão realizada no presente artigo evidenciou que as divergências entre os interesses de classe existentes no interior do campo agroecológico podem ser de suma importância para a compreensão das suas verdadeiras relações com o Agronegócio. É importante salientar de que se trata, principalmente, de esclarecer relações não intencionais, tácitas, que se manifestam mais pelas suas consequências do que pelas intenções declaradas explicitamente. Essas relações decorrem de processos sociais objetivos, que não podem ser compreendidos apenas a partir do discurso de quem as protagoniza. Neste sentido, apesar das reiteradas críticas formuladas no âmbito do campo agroecológico ao Agronegócio, há uma nítida tendência da Agroecologia a se integrar à lógica deste último. Ora, a contradição entre um discurso contestatário e uma prática conservadora, evidenciada por uma atitude libertária na promoção de certos particularismos, mas que, na prática, é alheia à luta de classes, são características da nova classe média, constatadas neste artigo no campo agroecológico, que foram amplamente analisadas por Michel Clouscard, que aprofundou concepções desenvolvidas por György Lukács.

Ao adotar explicitamente uma identidade camponesa, o que ocorreu conjuntamente à sua adesão ao campo agroecológico, o MST assume a luta do campesinato pela sua autonomia, a qual vem complementar a sua reivindicação de uma ampla reforma agrária, como um elemento central para a sua emancipação social (LUZZI, 2007, p. 108; FERNANDES, 2008, p. 146). A partir da discussão realizada no artigo, é possível indicar que pode estar neste ponto a principal contradição entre os interesses de classe dos camponeses e os da nova classe média no interior do campo agroecológico. Ocorre que para os camponeses, tal como expressado pelo MST, a emancipação de todos os seres humanos por meio de uma profunda transformação da ordem social existente parece se mostrar de forma muito mais clara do que para a nova classe média como uma condição necessária para a sua própria emancipação.

Como analisado por HUSSON (1996, p. 41), a resposta que tem sido privilegiada pelos capitalistas diante do esgotamento da proposta neoliberal para a presente crise é a utilização do seu poder econômico e político para ampliar a sua participação na distribuição da riqueza social, o que em boa parte tem ocorrido (e deverá ocorrer ainda

mais) em detrimento da nova classe média. A polarização social tende, assim, a agudizar-se. Neste contexto, a questão que se coloca no campo agroecológico é se os representantes da nova classe média serão capazes de mudar objetivamente a sua posição em relação à burguesia e aliarem-se aos camponeses na construção de uma verdadeira alternativa ao Agronegócio. Embora com a crise as condições objetivas a impulsionem cada vez mais neste sentido, as enormes dificuldades colocadas pelas condições subjetivas dos representantes da nova classe média para uma convergência de interesses com as classes populares não devem ser subestimadas. Em primeiro lugar, porque tal convergência depende, acima de tudo, do reconhecimento por parte desses representantes das consequências, em toda a sua plenitude, do caráter de classe das sociedades capitalistas. Em segundo lugar, a convergência de interesses entre o campesinato e a nova classe média no interior do campo agroecológico requer que esta última se considere como uma integrante do que CLOUSCARD (1996, p. 95; 2003, p. 131) denomina “trabalhador coletivo”, ou seja, que ela assuma com clareza e coerência o caráter social do seu trabalho e a sua identidade como classe trabalhadora diante do capital. De acordo com a discussão realizada neste artigo, ambas as condições têm como pressuposto a reversão de quase um século de crescente subordinação político-ideológica da nova classe média aos interesses dos capitalistas. O fato dessa subordinação ser muitas vezes inconsciente torna esta reversão ainda mais difícil e complexa.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora Hucitec/Unicamp, 1992.
- ALTIERI, M. **Bases científicas para una agricultura sustentable**. Valparaíso: Ediciones CETAL, 1983.
- ALTIERI, M.; NICHOLS, C. I. Conversión agroecológica de sistemas convencionales de producción: teoría, estrategias y evaluación. **Ecosistemas – Revista Científica y Técnica de Ecología y Medio Ambiente**, v. 16, n. 1, p. 3-12, 2007.
- CLOUSCARD, M. **Le capitalisme de la séduction: critique de la social-démocratie libérale**. Paris: Éd. Sociales, 1981.
- CLOUSCARD, M. **Les métamorphoses des luttes des classes: pour une alternative progressiste**. Paris: Les temps des cerises, 1996.

CLOUSCARD, M. **Refondation progressiste: face à la contre-révolution libérale.** Paris : L'Harmattan, 2003.

CLOUSCARD, M. **Néo-fascisme et idéologie du désir.** Paris: Éd. Delga, 2017.

CONFÉDÉRATION PAYSANNE. **Agriculture paysanne: nos positions. Une alternative à une agriculture destructive, fondée sur le profit.** Disponível em https://www.confederationpaysanne.fr/mc_nos_positions.php?mc=5 , acessado em 31 de outubro de 2017.

FAVARETO, A.; Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], vol.21, n.62, pp.27-44, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000300002>.

FERNANDES, E. N. S, **A concepção de socialismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.** Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Alagoas, 2008 (documento não publicado).GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. (ed.) **The conversion to sustainable agriculture. Principles, process and practices.** Boca Raton, London, New York: CRC Press, Taylor and Francis Group, 2010.

HUSSON, M. **Misère du capital: une critique du néolibéralisme.** Paris: Syros, 1996.

LINERA, A. G. **La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2ª ed., 2009a.

LINERA, A. G. **Forma valor y forma comunidad: aproximación teórica-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu Universal.** La Paz: Clacso, Muela del Diablo Editores y Comuna, 2009b.

LIPIETZ, A. **L'audace ou l'enlèvement: sur les politiques économiques de la gauche.** Paris : Éd. La Découverte, 1985

LARA, R. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. **Revista Katálisis**, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

LUKÁCS, G. **Existencialisme ou marxisme?** Paris: Les Éditions Nagel, 1961.

LUKÁCS, G. **Prolégomènes à l'ontologie de l'être social.** Paris: Éd. Delga, 2009.

LUKÁCS, G. **Ontologie de l'être social. Le travail, la reproduction.** Paris: Éd. Delga, 2011.

LUKÁCS, G. **Ontologie de l'être social. L'idéologie, l'aliénation.** Paris: Éd. Delga, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBOURG, R. **La crisis de la socialdemocracia**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007 (documento não publicado).

MARCUSE, H. **Eros and Civilization. A Philosophical Inquiry into Freud. With a New Preface by the Author**. Boston: Beacon Press, 1966.

MARCUSE, H. **Unidimensional man: studies in the ideology of advanced industrial societies**. London, New York: Routledge, 2002.

MEILLASSOUX, C. Potlatch. **Encyclopaedia universalis**, tomo 13, p. 424, 1980.

NETTO, J. P. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

NORDER, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG. Agroecologia: polissemina, pluralismo e controvérsia. **Ambiente & Sociedade**, v. XIX, n. 3, p. 1-20, jul.-set. 2016.

PETERSEN, P. (org.) **A agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: ASPTA, p. 85-104, 2009.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. e CAPORAL, F. R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. *In*: PETERSEN, P. (org.) **A agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro:ASPTA, p. 85-104, 2009.

PLOEG, J. D. VAN DER; FRANCO, JENNIFER C.; BORRAS JR., SATURNINO M. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminary analysis. **Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement**, v. 36, n. 2, p. 47-162, 2015. DOI: 10.1080/02255189.2015.1027673.

PORTO, J. R. S. Conexões, apropriações e exclusões no discurso do desenvolvimento territorial no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, vol. 18, nº 1, p. 145-168, 2015.

SILVA NETO, B. Sistemas Agrários e Agroecologia: a dinâmica da agricultura e as condições para uma transição agroecológica no município de Porto Xavier (RS). **Rev. Bras. de Agroecologia**, 9(2): 15-29, 2014.

SILVA NETO, B. **A questão agroecológica: uma perspectiva ecossocialista**. Curitiba: Ed. CRV, 2017.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RERS**, Piracicaba-SP, v. 52, S1. p. S25-S44, 2014.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T. FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C; Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agron. Sustain. Dev.** 29, p. 503-515, 2009.

Agroecologia e classes sociais, uma abordagem baseada nas obras de György Lukács e Michel Clouscard

Resumo: No artigo é proposta uma abordagem baseada nas obras de György Lukács e Michel Clouscard para a análise dos interesses de classe no interior do campo agroecológico, especialmente os que envolvem o campesinato e trabalhadores intelectuais tais como pesquisadores, professores e técnicos, sendo estes últimos designados como parte da “nova classe média”. A abordagem permitiu evidenciar que as divergências entre os interesses dessas classes existentes no campo agroecológico são fundamentais para a compreensão das suas verdadeiras relações com o Agronegócio. A hegemonia das posições político-ideológicas da nova classe média tem gerado uma tendência da Agroecologia a se integrar ao Agronegócio, em detrimento dos interesses do campesinato. Uma mudança de posição da nova classe média exigiria a reversão da sua trajetória, sintetizada no artigo, de mais de um século de crescente subordinação político-ideológica aos interesses dos capitalistas.

Palavras-chave: campo agroecológico, luta de classes, campesinato.

Agroecology and social classes, an approach based on the works by György Lukács and Michel Clouscard

Abstract: The article proposes an approach based on György Lukács and Michel Clouscard's works for the analysis of class interests within the agroecological field, especially those involving the peasantry and intellectual workers such as researchers, teachers and technicians, the latter being designated as part of the 'new middle class'. It was evidenced that the divergences between the interests of these existing classes in the agroecological field are fundamental for understand its true relations with Agribusiness. The hegemony of the political-ideological positions of the new middle class has generated a tendency of Agroecology to integrate to the Agribusiness, to the detriment of the class

interests of the peasantry. A change in the position of the new middle class would require the reversal of its trajectory, summarized in the article, of more than a century of growing political-ideological subordination to the capitalist's interests.

Key words: agroecological field, class struggle, peasantry.

Agroecología y clases sociales, un enfoque basado en los trabajos de György Lukács y Michel Clouscard

Resumen: En el artículo se propone un enfoque basado en las obras de György Lukács y Michel Clouscard para el análisis de los intereses de clase dentro del campo agroecológico, especialmente los que involucra al campesinado y trabajadores intelectuales tales como investigadores, profesores y técnicos, siendo estos últimos designados como parte de la 'nueva clase media'. El enfoque permitió evidenciar que las divergencias entre los intereses de esas clases existentes en el campo agroecológico son fundamentales para la comprensión de sus verdaderas relaciones con el Agronegocio. La hegemonía de las posiciones político-ideológicas de la nueva clase media ha generado una tendencia de la Agroecología a integrarse al Agronegocio, en detrimento de los intereses del campesinado. Un cambio de posición de la nueva clase media requeriría la reversión de su trayectoria, sintetizada en el artículo, de más de un siglo de creciente subordinación político-ideológica a los intereses de los capitalistas.

Palabras clave: campo agroecológico, lucha de clases, campesinado.